

SEGURANÇA PÚBLICA

Lewandowski critica parecer

Ministro da Justiça diz que governo levou seis meses para elaborar PL Antifacção, e Derrite, 24 horas para apresentar o relatório

» LUANA PATRIOLINO

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, criticou, ontem, o relatório do Projeto de Lei Antifacção feito às pressas pelo deputado federal Guilherme Derrite (PL-SP). Segundo ele, o governo trabalhou por seis meses para construir o documento enviado ao Congresso Nacional, além de ouvir todas as instituições envolvidas no tema. Em contrapartida, o relator apresentou em apenas 24 horas uma proposta e fez diversas alterações em apenas três dias.

“Nós levamos seis meses para construir nosso Projeto de Lei Antifacção. Ouvimos os ministérios públicos, estaduais e federal; ouvimos Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, sociedade civil, ouvimos a academia, a universidade para chegarmos a esse projeto. Um projeto muito discutido, muito trabalhoso e, de repente, fomos surpreendidos com um relatório que foi feito em 24 horas”, disse o ministro aos jornalistas em evento da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

Lewandowski afirmou que a proposta de limitar a atuação da Polícia Federal, apresentada anteriormente no relatório do projeto, é “claramente inconstitucional”. O chefe da pasta disse que se reuniu com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), durante o almoço para colocar os pontos que incomodaram o órgão no relatório preliminar.

“Em 24 horas foi feito um relatório, 48 horas foi feito outro relatório, mais outras 24 horas será apresentado o terceiro relatório.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lewandowski critica tentativa de equiparar as organizações criminosas brasileiras a grupos terroristas

Então, nós não temos certeza no que consistirão essas alterações. Mas nós temos convicção de que o nosso projeto será aproveitado 100%, 90%, um projeto muito aperfeiçoado”, declarou.

O chefe da pasta também criticou a equiparação das organizações criminosas brasileiras a grupos terroristas. Segundo ele, isso abriria brechas para a intervenção externa, além de prejudicar a economia nacional.

“Isso seria extremamente perigoso, abriria uma brecha na

soberania nacional e facilitaria a intervenção de países estrangeiros, entre potências estrangeiras no país, com o pretexto de combater as organizações criminosas”, ressaltou. “Também inibiria investimentos estrangeiros no país, porque ninguém no mundo quer investir em um país que reconhece que tem organizações criminosas em seu território”, disse.

O Projeto Antifacção cria a modalidade qualificada desse crime, facilita ações contra empresas usadas pelo crime organizado e regula

a gravação de conversas entre criminosos e advogados dentro da prisão. Com isso, passa a ser considerado hediondo, o que significa que será inafiançável e não poderá ser perdoado por indulto.

A proposta foi apresentada pelo governo federal após a megaoperação da polícia do Rio de Janeiro nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou 121 mortos, incluindo quatro policiais. O texto também prevê uma série de mudanças na Lei de Execução Penal para endurecer medidas



Em 24 horas foi feito um relatório, 48 horas foi feito outro relatório, mais outras 24 horas será apresentado o terceiro relatório. Então, nós não temos certeza no que consistirão essas alterações. Mas nós temos convicção de que o nosso projeto será aproveitado 100%, 90%, um projeto muito aperfeiçoado”

Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça

contra os envolvidos, além de melhorar o combate ao crime organizado e investigações sobre lavagem de dinheiro.

CPI do Senado

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, e o diretor de Inteligência Policial da corporação, Leandro Almada, serão os primeiros a depor na CPI do Crime Organizado do Senado. Os dois foram convidados a participar voluntariamente da sessão

marcada para a próxima terça-feira, 18, às 9h.

A presença dos diretores da PF ocorre em meio às discussões sobre o Projeto de Lei Antifacção, proposto pelo governo Lula e relatado na Câmara pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que se afastou do comando da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para assumir o projeto.

A primeira versão do parecer de Derrite gerou atrito com a Polícia Federal ao sugerir que a corporação só poderia atuar na repressão de crimes considerados de competência da segurança pública estadual se isso fosse solicitado pelos governadores. O deputado alterou o trecho para sugerir que a PF participe das investigações em caráter “integrativo” com a polícia estadual. Depois, fez uma terceira versão, sem o trecho que retirava as prerrogativas da Polícia Federal.

Os convites partiram do relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE). Na justificativa, ele afirma que a contribuição dos diretores da PF é “imprescindível” para que a CPI construa um diagnóstico “fidedigno” sobre o avanço de facções e milícias e sua atuação no tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, crimes cibernéticos, contrabando e infiltração em setores da economia e do próprio Estado.

Na quarta-feira, 19, a comissão deve ouvir o diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais, Antônio Glautter, e o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (MPSP) Lincoln Gakiya, este por sua “experiência e conhecimento sobre o tema”. (Com Agência Estado)

»Entrevista | MARIVALDO PEREIRA | SECRETÁRIO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

“A extrema-direita busca sabotar as iniciativas do governo”

» LETÍCIA FERNANDES*

O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, reprovou alterações feitas no Projeto de Lei Antifacção, enviado pelo governo ao Congresso e relatado na Câmara pelo Guilherme Derrite (PP-SP) — licenciado do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo. Ele também criticou a postura da extrema-direita em relação a medidas do Executivo para combater a criminalidade. “A população está percebendo que a extrema-direita busca sabotar todas as iniciativas do governo federal na área de segurança pública para tentar obter algum ganho político em 2026”, enfatizou, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos, no programa CB.Poder — parceria do Correio com a TV Brasília.

Assim que Derrite foi anunciado como relator, o substitutivo estava pronto. O que o senhor avalia que aconteceu?

Eu não sei o que aconteceu, mas é um texto bastante substancial, certamente não foi feito em duas horas, então foi elaborado, muito provavelmente, por um tempo maior que isso, muito antes de ter ocorrido a escolha.

O relator só recuou do texto por causa da pressão da PF e do governo e da repercussão negativa do trecho que condiciona a entrada da PF numa investigação à aprovação por governador.

Imagina um secretário de Segurança que vem para Brasília relatar um projeto e condiciona a atuação da Polícia Federal à aprovação de um governador. O que

que ele está pretendendo com isso? Proteger os amigos do governador e perseguir os inimigos do governador. A Polícia Federal é uma polícia republicana, ela não protege os amigos nem persegue os inimigos. Então, não tem espaço para esse tipo de coisa aqui. A pressão fez com que eles retirassem esse dispositivo. O ideal é que fosse retomada a proposta do Executivo e, a partir dali, a gente discutisse as observações que a extrema-direita tem em relação a esse projeto.

O projeto do governo facilita a tomada de bens que foram comprados com dinheiro ilícito. Como ficou essa questão no substitutivo do Derrite?

A proposta do relator prevê que o perdimento de bens somente acontece após o trânsito em julgado, ou seja, após a decisão condenatória definitiva. É como já acontece hoje. Então, ele não muda absolutamente nada. Com isso, tirou esse mecanismo. Aliás, um mecanismo que foi muito debatido junto ao Ministério Público, aos secretários de Segurança, que foi uma construção coletiva. Há situações em que, embora a pessoa não seja condenada, isso não significa que o patrimônio é lícito. Vou dar um exemplo. O processo prescreveu, você perdeu a oportunidade de condená-la criminalmente, mas o patrimônio está ali e, claramente, é ilícito. Então, o objetivo da proposta do governo é que o processo possa continuar para ir atrás do patrimônio obtido por meio de atividades ilícitas. Porque o objetivo central da proposta do governo é atingir o coração da organização criminosa. Qual é o coração da organização criminosa? O bolso, é o

poder financeiro, é o capital, é o dinheiro, é disso que a gente tem que ir atrás. É assim que a gente consegue desestruturar a organização criminosa.

Alguns bens têm claramente indícios de que foram comprados com fruto do dinheiro da criminalidade. Eles têm de provar a origem?

Exatamente. Essa é a ideia do projeto. Se você apreende uma quantidade significativa de bens, e a pessoa morre antes da conclusão do processo penal, não é correto você extinguir o processo penal e devolver o bem, devolver o patrimônio para a família. Esse bem foi obtido de forma ilícita. É muito importante que ele seja perdido em favor do Estado e seja utilizado para as políticas de segurança pública. Agora, a proposta (de Derrite), além de acabar com isso, esvazia os fundos federais, porque prevê que todos esses bens apreendidos vão ser atribuídos aos estados, que é mais uma vez algo que fere a Constituição. A Constituição prevê, por exemplo, que todos os bens relacionados ao tráfico de drogas sejam perdidos e revertidos em favor do Fundo Nacional de Políticas Sobre Drogas, que promove políticas públicas espalhadas por todo o país. Outras áreas de perdimento por outros crimes vão abastecer o Funpen, que é o Fundo Nacional de Políticas Penitenciárias. Outros ainda vão abastecer o Fundo Nacional de Segurança Pública. Ou seja, a ideia é que você tenha fundos nacionais que dão suporte a políticas públicas em todo o país. O que a proposta faz? Joga tudo para os estados.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Nossa expectativa é que não seja aprovado (o relatório do projeto de lei) nesta semana. Está acontecendo a COP, a maioria dos parlamentares não estão aqui. A sessão é semipresencial. Um tema dessa magnitude e dessa sensibilidade certamente deveria contar com a presença de todos os parlamentares”

É como se fossem uns royalties. Os recursos são direcionados para os estados?

A proposta claramente é desestruturar o sistema atualmente existente de combate a organizações criminosas, seguindo aquela linha dos governadores que se reuniram no Rio de Janeiro, com a presença da governadora (vice-governadora) Celina (Leão), que reivindicam a integração entre os estados e querem a união fora da discussão sobre segurança pública. Porém, quando tudo dá errado, apontam o dedo para a União, para o governo federal e ignoram os repasses constantes que o governo

federal faz para cada estado na área de segurança pública e nas iniciativas de colaboração do governo federal para apoiar os estados.

Qual é a expectativa da base aliada em relação à tramitação do texto?

Nossa expectativa é que não seja aprovado nesta semana. Está acontecendo a COP, a maioria dos parlamentares não estão aqui. A sessão é semipresencial. Um tema dessa magnitude e dessa sensibilidade certamente deveria contar com a presença de todos os parlamentares, para que os problemas técnicos da proposta sejam devidamente debatidos.

Como avalia que segurança pública será debatida no ano eleitoral?

A população está percebendo que a extrema-direita busca sabotar todas as iniciativas do governo federal na área de segurança pública para tentar obter algum ganho político em 2026. Então, tudo que a gente tenta fazer vai por esse caminho. Os governadores de extrema-direita se reuniram para bater na PEC da Segurança Pública. Mandamos o PL Antifacção, e a extrema-direita se reuniu e apresentou esse projeto, que é lamentável em qualquer perspectiva. Então, tudo que a gente busca fazer para atender à demanda da população por melhoria da segurança pública, a extrema-direita tenta sabotar para tentar obter algum ganho político e tentar derrotar o presidente Lula nas eleições de 2026. Mas a gente é persistente. Não vamos desistir, vamos entregar para a população a segurança pública que ela deseja.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa